

O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário



PUBLICAÇÕES AVULSAS

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

O Museu Goeldi no Ano do Sesquicentenário

Renato Nicolai

PUBLICAÇÕES AVULSAS N.º 20

1973

BELEM - PARA - BRASIL

A situação atual dos Baniwa (Alto rio Negro) - 1971

Adélia Engrácia de Oliveira (*)

Eduardo Galvão (*)

Museu Goeldi

SINOPSE — Atualização e revisão de dados sobre a mudança cultural desse grupo indígena nos últimos vinte anos. Em três séculos de contato com a sociedade nacional passaram de grupos primitivamente isolados a uma situação de frente exploratória da sociedade regional, absorvendo em sua cultura e organização, padrões nacionais brasileiros. Conservam, porém, um lastro ponderável de sua tradição tribal que os identifica ainda como índios.

Os Baniwa, grupo aruak, estão principalmente localizados ao longo do rio Içana, afluente pela margem direita do alto rio Negro (AM). Nas cabeceiras é maior a manutenção da autonomia tribal desses grupos, dada a dificuldade de acesso e menor contato com a frente pioneira (1).

Apresentamos dados preliminares de uma pesquisa mais ampla, a ser continuada e que visa o conhecimento da situação demográfica e cultural em que se encontram esses índios, através do correlacionamento dos aspectos de ordem biótica, econômica e social, com os fenômenos demográficos. Pretende-se, ainda, fazer uma análise das mudanças que ocorreram e ocorrem, face ao envolvimento e ao contato com a sociedade nacional. Para o estudo dos aspectos mencionados, tomamos a caracterização econômica da região do alto rio Negro, as relações sociais entre os grupos locais na área do Içana e a visão histórica e atual da cultura Baniwa como pontos básicos. Foi procedida

(*) — Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas.

(1) — Os índios Baniwa estão incluídos na subárea do Rio Negro. Embora extensa a bibliografia de referência, a informação etnológica é carente. Entre as principais fontes destacam-se os trabalhos de Koch-Grünberg (1906 e 1909-10), os de Nimuendajú (1927 e 1950) e os de Galvão (1959).

uma aferição crítica da bibliografia disponível como embasamento ao trabalho de campo que incluiu o levantamento genealógico de famílias Baniwa, registros inferidos por nós, de nascimentos e mortes, entrevistas, observação direta e histórias de vida (2).

As povoações e sítios, dentre os quais tivemos contato com indivíduos de Nazaré, Mangueira, Flórida, Tunuí, Carmo, Carará-Poço, Jauacanã, Ituinruca, Piraiauara, Mutuca-Ponta, Castanha-arumacá, Juriti Cachoeira, Iuíra-Ponta, Ambaúba, Cabeçudo e Pupunha-rupitá, estão organizados numa base clânica e segundo estimativa feita por nós, não atingem no total a casa dos mil (população indígena). A pesquisa foi centralizada nas povoações de Nazaré e Mangueira.

Esses locais recebem tanto denominações indígenas quanto brasileiras face ao contato prolongado com missionários, regatões, caboclos e, mais recentemente, com o Serviço de Malária — C.E.M. que atua na região. A especificação de localidades Baniwa, feita por Ni-muendajú (1950: 160-1) difere em parte da nossa, não só pelo fator já mencionado mas também pelo abandono de sítios velhos ou considerados empestados (sarampo, tuberculose), onde morreu muita gente. É o caso, por exemplo, de Sant'Ana, mencionado por aquele autor e por Galvão (1959), atualmente abandonado. Outros sítios receberam nova denominação, como Cururu-Poço (rio Aiari, afluente do Içana) que agora é conhecido por Canadá.

Algumas povoações indígenas são vizinhas de sítios caboclos (3). O processo de aculturação e miscigenação obliterou em muitos casos diferenças de natureza cultural ou étnica, sendo precária a distinção entre índio e caboclo.

Clãs Baniwa como os Siuci, os Cáua e outros, foram considerados como grupos autônomos aruaks vivendo no rio Içana, ficando a de-

(2) — Essa etapa do trabalho de campo foi realizada por Oliveira, nos meses de setembro a novembro de 1971.

Agradecemos ao Dr. Agostinho Cruz, diretor da SUCAM em Manaus (AM), naquela época e ao sr. Raul Otero, responsável pelo C.E.M. no Município de S. Gabriel da Cachoeira (AM), do qual o Içana é um distrito, as facilidades que nos concederam, relativas a transporte na área. Também agradecemos à Ir. Irene Melo F.M.A., diretora da Missão Salesiana em S. Gabriel da Cachoeira, que nos propiciou hospedagem quando estivemos naquela localidade e ao nosso guia e intérprete, sr. Jorge Figueiredo Otero, pelo excelente trabalho realizado.

(3) — Por caboclo entendemos não apenas os descendentes de cruzamento entre índios e alienígenas, mas também os remanescentes e mestiços de portugueses, espanhóis, colombianos, venezuelanos e brasileiros de outra procedência, notadamente maranhenses, que aí se fixaram motivados pela exploração econômica dos recursos naturais e que absorveram e adotaram algo do modo de viver indígena, sobretudo a tecnologia primária. Entretanto, seus padrões sociais e culturais se orientam pelo modelo urbano e rural brasileiro.

nominação Baniwa restrita aos grupos do rio Guainia (Goldman, 1948 : 766, seguindo Koch-Grünberg). Nossas observações (1971) confirmando as de Nimuendajú (1950) e as de Galvão (1959), indicam que esses nomes se referem a clãs do grupo Baniwa. O Içana é conhecido pelos regionais como o rio dos Baniwa. Embora se afirme que abaixo de Nazaré falam a "língua geral" (nheengatu) (4) e que a montante falam o Baniwa, observamos que ambas são de discurso comum, embora o nheengatu predomine no baixo curso.

Uma outra diferença é a cisão religiosa entre índios que se dizem católicos e os que se afirmam *crentes* (protestantes)

Quanto aos dialetos, segundo nossos informantes as "falas" existentes são as seguintes :

1º
Kárru = não
Un-hun = sim
Karrupakapá = não tem

2º
Ñame = não
Un-hun = sim

3º
Korripaco
Korri = não
An-han = sim

4º
Korripapa = não tem
Kárru = não
Un-hun = sim

5º
En-hen = sim
Keni = não

Kárru e *Ñame* são semelhantes, só diferindo a palavra *não* que na primeira é *kárru* e na segunda é *ñame*.

Também *Korripapa* é semelhante a *Kárru*, diferenciando-se as palavras *não tem*. Em *Kárru* é *karrupakapá* e na outra é *korripapa*. Aliás, essa informação confirma os dados fornecidos por Koch-Grünberg segundo o qual os índios que utilizam "káru" (não), dizem "karupakapa" para *não tem* (*apud* Nimuendajú, 1950 : 128).

Parece, pois, haver três dialetos principais : *Kárru*, *Korripaco* e *En-hen*, diferindo essa divisão, em parte, dos dados obtidos por Nimuendajú (1932 : 590 e ss e 1950 : 168-70) e Galvão (1959 : 13), diferença essa que pode ser devida à mobilidade espacial dos Baniwa, achando-se antigos grupos do alto Içana vivendo hoje no médio e baixo rio, o que fez aumentar os contatos interclânicos, extratribais e intertribais, gerando alterações no falar. Alguns de nossos informantes diziam com vaidade : — "Nosso pai nasceu na Colômbia. Ele é *Korripaco verdadeiro*, *Korripaco próprio*". Tais expressões parecem indicar

(4) — Essa "língua" foi introduzida na região pelos missionários e colonos, passando a ser um meio de comunicação que inclusive superou as falas aruaks e outras no trato com os forasteiros.

que eles têm consciência dos efeitos que vem produzindo a "miscigenação" dialetal (entre outras) e sentem orgulho de um pai que fala um dialeto "puro" (5).

Obtivemos uma especificação de vinte clãs Baniwa. Nimuendajú, no decorrer de seu relatório, faz menção a 17 clãs, embora diga textualmente que os Baniwa do Içana estavam "divididos em dez clans: Yauareté, Yuruparí, Arara, Sucuriyú, Siucí, Tatú, Ira, Ipeca, Tapiíra e Coati-Tapuya" (1950 : 164). Galvão (1959 : 39-40) refere-se a 23.

Nossas informações, discriminando os clãs de acordo com sua filiação a uma das cinco "falas" mencionadas, são as seguintes :

<i>Kárru</i>		<i>Name</i>
Siuci		Hohódeni
Kadaupuritana (Pixuna ou Mutum-Tapuya)		Ira
Marakaiá		Cáua
Arara		Djibúia
Araraí (Pirapuku)		Wira-miri (Baniwa)
Tapiíra		
Urubu		
Iauaretê		
<i>Korripaco</i>	<i>Korripapa</i>	<i>En-hen</i>
Tatu	Sucuriú	Yurupari
Gagalona		Wira-mirí (Warikena) (6)
Pato		
Koati		
Paku		

Essa discriminação difere da levantada por Nimuendajú e Galvão não apenas quanto à filiação a um dialeto, diferença essa devida à distinção dialetal observada por nós e por aqueles pesquisadores, mas também pela inclusão ou falta de determinados clãs tanto em nossa classificação quanto na deles. Acreditamos, ainda, que algumas das diferenças possam ser devidas ao fato mencionado por Galvão quando

(5) — Não apuramos o grau de diferença dialetal, no pressuposto que ela existe segundo autores como Nimuendajú (1927 e 1950), dada a nossa insuficiência de treinamento lingüístico e não ser esse o foco de nossa pesquisa. Os dialetos Baniwa nos pareceram mutuamente inteligíveis uma vez que o falante estava consciente da variação e constantes fonêmicas. A informação era suplementada em fala portuguesa ou castelhana, de conhecimento generalizado entre a maioria dos entrevistados.

(6) — Segundo Galvão (1959 : 13 e 40), os Wira-miri, clã do qual existem pouco remanescentes, é constituído por descendentes dos Warikena e "fornecem um exemplo não apenas de assimilação lingüístico-cultural, como de integração ao sistema social dos Baniwa". Nossos informantes confirmaram essa observação mas disseram que agora há Wira-miri que só fala Baniwa e outros que além do Baniwa falam o "Warikena".

de sua viagem, que "a substituição do Baniwa pela língua geral, entre os grupos do médio e baixo Içana, resultou entre os informantes e o observador, em incongruências de terminologia designativa dos sibs..." (1959 : 41). Já agora alguns conseguem expressar-se em português. Outros falam um pouco de castelhano, por causa da proximidade com a Venezuela e a Colômbia. Além disso, levamos em nossa companhia um guia que falava bem a "língua geral" e um pouco do Baniwa e que pôde nos auxiliar a coletar as informações. Pensamos, pois, que parte das diferenças encontradas entre os designativos de clãs, agora e há anos atrás, seja uma resultante do problema de comunicação entre informantes e pesquisadores. Por exemplo, Galvão (1959) menciona os clãs Inambu e Hohódene, diferenciadamente. Todavia, de acordo com nossos informantes, os dois constituem um só clã, pois *hohóde* significa inambu em Baniwa. Galvão também refere-se ao clã Pirapuku, afirmando não haver podido precisar a identificação lingüística do mesmo (1959 : 40). Obtivemos a informação de que Pirapuku e Araraí constituem um só clã, cuja "fala" seria a *Kárru*. Fazemos referência ao clã Pato, mencionado por Nimuendajú, Galvão e outros autores como Ipeka (sinonímia). Goldman (1948 : 766) e Nimuendajú (1932) referem-se, respectivamente, às palavras *Kumata Minani* e *Kumadá-mináneí* como correspondentes a *Ipeka*, termos esses semelhantes aos que obtivemos para a expressão Baniwa do clã Pato : *Kumadá-minánen*.

A povoação de Nazaré, situada no médio Içana, é considerada uma das maiores da área. É habitada por representantes dos clãs Tatu, Siuci, Sucuriú, Pato, Koati e Arara, embora o agrupamento seja conhecido como um local de Tatu e Siuci por causa da regra de descendência patrilinear. Somam 76 indivíduos, sendo 35 homens e 41 mulheres. É uma população jovem; 54% possui idade inferior a 15 anos e 75% tem de 30 anos para baixo.

Nazaré, quando da viagem de Nimuendajú (1950 : 129) era um sítio habitado pelos Sucuriú, com cerca de 30 pessoas. Posteriormente foi abandonado até que uma família Tatu, proveniente do rio Cuiari, resolveu fazer desse velho sítio uma nova aldeia. Seu chefe, Libertato, nasceu na Colômbia (rio Guainia), de onde saiu ainda jovem, dado as hostilidades de venezuelanos que, segundo o informante, "queriam tomar as terras dos Korripaco na Colômbia". Esses ataques venezuelanos eram facilitados pelo fato de ainda não haver "brancos colombianos, donos de piaçabais, no rio Guainia". Fugiu para o Brasil aos 15 anos e foi residir em Sta. Rita, no rio Cuiari. Aí casou-se com mulher de uma aldeia próxima e, durante vários anos, esteve a locomover-se, em território brasileiro, do alto para o baixo rio Negro, engajado pelo

sistema de aviamento em atividades extrativistas como coleta de seringa, ucuquirana, maçaranduba (chiclê), castanha e piaçaba. Trabalhou em abertura de roça para nordestinos atraídos pelo surto da borracha; em barcos de regatões, como motorista e em serviços diversos para a Comissão de Limites que estava a fazer demarcações com a Colômbia e a Venezuela. Liberato teve oportunidade de entrar em contato não só com os "patrões", mas com missionários, encarregados de postos indígenas, engenheiros, caboclos, grupos tribais diversos e nordestinos. Conheceu vários povoados brasileiros, das áreas do alto e médio rio Negro principalmente. Trabalhou para patrões na Venezuela e Colômbia. Saturado de experiências com o "branco", desde o bom trato até à "escravização", preso que ficava a uma atividade extrativista pelo regime de "barracão", Liberato estabeleceu a atual povoação de Nazaré e passou a empreender atividades econômicas por "conta própria". Comerciava produtos como cipó, sorva, farinha, ralos, diretamente com o regatão, sem estar ligado a um único "patrão". E como ele, os demais membros da povoação.

A família nuclear de Liberato (Tatu) agregaram-se posteriormente parentes de sua nora (Siuci), deixando o grupo local de identificar-se com um clã para tornar-se em uma das grandes povoações indígenas da região, com representantes de clãs diversos e onde a descendência é identificada aos *Tatu* e *Siuci*.

Mangueira está situada quase em frente a Nazaré, um pouco acima. É um sítio habitado por 19 pessoas, sendo 11 homens e 8 mulheres. Predomina uma população abaixo dos 30 anos. Esse grupo vem a ser uma comunidade de parentesco onde seus representantes se identificam aos clãs Siuci e Sucuriú. São provenientes do rio Aiari, afluente do alto Içana, área onde foram "criados" os clãs Baniwa por Inhâpírri kúri, segundo os relatos mitológicos. Os habitantes dessa região são guardiães, ainda atualmente, de grande parte da tradição cultural Baniwa.

Nessas duas localidades a atividade de subsistência básica é, agora como antes, o cultivo da mandioca. Tanto o plantio quanto o seu processamento, cujo fim é a obtenção da massa, da farinha e da tapioca, continuam a ser realizados da mesma forma descrita por Galvão (1959 : 21-7). Dos produtos obtidos, somente o caxiri não é mais utilizado em Nazaré e Mangueira, por influência dos protestantes. Os Baniwa por nós estudados seguem à risca o preceito "crente" de não fumar, não beber e não dançar. Todavia, outros grupos locais que não aderiram ao protestantismo continuam a beber o caxiri que é consumi-

do não só cotidianamente mas de preferência em reuniões sociais ou religiosas.

Hoje em dia os Baniwa não estão se deslocando de suas povoações, individualmente ou em famílias, para se estabelecerem junto a um patrão, dono de seringal, piaçabal ou castanhal, nas margens do rio Negro. Tal ocorrência deve-se ao fato já mencionado por Galvão de que "a integração ao meio rural importa em sacrifício da vida associativa" (1959 : 20) desses índios e, também, por haverem eles se conscientizado da exploração que sofriam.

Notando que a farinha sendo produzida tanto para a sua subsistência quanto para ser negociada com o regatão, poderia permitir-lhes u'a maior fixação em sua comunidade de origem e, assim, gozarem de uma vida associativa mais conforme os seus padrões tradicionais, os Baniwa reativaram essa atividade. Após adquirida pelo comerciante, essa farinha é revendida de preferência em Cucuí, posto de fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela e nos seringais, castanhais e piaçabais do baixo e médio rio Negro, constituindo aí alimento básico.

Em 1971 a produção da farinha estava excedendo à procura, o que ocasionou uma baixa no preço. O paneiro (mais ou menos 24 kg) estava sendo vendido nominalmente a Cr\$ 12,00, porém pago em mercadorias de valor inferior.

Os Baniwa, solicitados pelos regatões, começavam a se voltar para a extração da sorva, ocupação ocasional até aquela data e de uma variedade de cipó, produtos bastante cotados em Manaus. O primeiro é utilizado na indústria de plásticos e o segundo na de móveis, principalmente cadeiras. Mas não haviam abandonado a fabricação excedente de farinha, para o comércio, visto que a mesma também é procurada pela população regional.

É provável que uma das causas da queda de procura da farinha seja a diminuição gradativa da extração de seringa e castanha no baixo rio Negro (informação pessoal de P. E. Vanzolini). Apesar dos informantes afirmarem que preferiam fabricar farinha por conta própria, a trabalharem para "patrões" na extração de borracha ou piaçaba, acreditamos que o declínio do extrativismo no baixo e médio rio Negro seja a causa primordial da mudança de atividade.

Um retrospecto da economia dessa região indica que a mesma se caracteriza por ciclos de curto prazo. Inicialmente houve a etapa da coleta da "droga do sertão" que dominou durante o período colonial e que, segundo Sampaio, era "feito por obediência e não por gosto" (1907 : 73). Seguiu-se uma experiência agrícola, não "por iniciativa

privada do colono, mas por intervenção estatal... Aos produtos já cultivados pelo índio como a mandioca, de que se derivava a farinha, básica para alimentação do nativo e do colono português, o milho, as favas, introduziu-se e difundiu-se o plantio do café, cacau, cana-de-açúcar, anil, algodão" (Galvão, 1964 : 333-4). Sampaio (1907 : anexo 7) em um mapa das plantações da capitania de São José do Rio Negro (povoações do baixo e médio rio Negro), menciona que em 1775 haviam 220920 pés de café, 90350 de cacau, 47700 de tabaco e 870 de algodão(7). Falhando essa experiência, que atingiu seu ponto máximo durante a administração de Lobo D'Almada, houve uma volta ao ciclo da coleta. A partir de 1870 a economia regional é reorientada para a atividade extrativista da coleta da borracha que, mesmo "após a queda de preços, face a concorrência das plantações no Oriente, persistiu como dos poucos produtos garantidores de crédito" (Galvão, 1964:335). Atualmente, além da coleta de borracha, piaçaba e castanha, principalmente no baixo e médio rio Negro, temos a coleta de cipó e a fabricação de farinha no rio Içana. Mudam os produtos mas a atividade continua a ser a extrativista e em menor intensidade a agrícola.

O índio, conhecedor das práticas de extração e coleta de produtos naturais e do fabrico da farinha de mandioca, elemento básico na dieta regional, vale-se desses produtos para o provimento de necessidades essenciais como terçados, machados, sal, querosene, pólvora, tecidos, que são obtidos agora através de pequenos regatões, dada a falência dos empresários maiores e o pequeno volume da produção. Prevalece o sistema de "aviamento", isto é, a entrega antecipada de artigos manufaturados, pelo regatão, para ressarcimento em produto bruto na época da safra. É um sistema em decomposição dado que o pequeno regatão, ele próprio um "aviado" em escala menor, não tem poderes de coerção como os antigos comerciantes, e sua freguesia agora mais livre dessa pressão deixa de cumprir compromissos assumidos. Por outro lado, os Baniwa já têm noção mais definida do valor de troca e não apenas do valor de uso, no sentido que não lhes satisfaz apenas obter um manufaturado, porém pelo que este atende às suas necessidades primárias. Ao mesmo tempo registra-se também uma demanda de artigos que poderiam ser considerados supérfluos, como os de enfeite, mas que representam um adicional de prestígio ao seu possuidor.

Com relação à vida associativa desses índios, notamos que o sistema social Baniwa se caracteriza por uma estrutura segmentada em

(7) — Reis (*apud* Galvão, 1964 : 334) indica um total de pés de café que em 1785 atinge cerca de 220000 e um total de cacauzeiros que somavam, nessa ocasião, 200000.

grupos clânicos, exogâmicos, de descendência patrilinear. Esses clãs, denominados originalmente em fala aruak, foram renominados em "língua geral".

Antigamente o grupo local era uma comunidade de parentesco identificada a um clã. Hoje em dia, embora isso continue a ocorrer, encontramos também localidades multi-clânicas (8). Notamos que o processo de mudança que vem ocorrendo na sociedade Baniwa a partir do século XVIII, com a expansão de frentes da sociedade nacional, do rio Negro para o Içana, está transformando os segmentos clânicos de unidade localizada em grupos não localizados.

Os clãs, já mencionados, são identificados a algum animal ou constelação. Galvão (1959 : 39) fala que em um único caso, o clã estava ligado a uma planta, *iebaru* (*Eperua purpurea* Benth.). Nossos informantes, porém, ignoravam esse epônimo.

Aos dados fornecidos por Galvão (1959 : 38-44) sobre a estrutura social dos Baniwa, acrescentamos o fato de Liberato, o indivíduo mais idoso que encontramos, nascido na Colômbia, e Horácio, proveniente do rio Aiari, local onde foram "criados" os Baniwa, conforme explicamos anteriormente, haverem-se referido ao que se pode identificar como fratrias exogâmicas, o que não foi observado por aquele autor. Os demais informantes pareciam não ter noção dessa divisão, embora alguns soubessem que não podiam casar-se com membros de seu próprio clã e outros considerados associados. Mas não eram capazes de enumerar os clãs "aparentados", como fizeram aqueles dois informantes. Segundo eles, os membros de uma fratria não podem casar-se entre si, "porque são todos uma tribo só, são parentes" (9).

Abaixo damos um quadro onde as fratrias são filiadas ao tronco ancestral relacionado a um animal ou a uma constelação.

CONSTELAÇÕES (<i>estrelas</i>)	ANIMAIS
<i>a</i>	<i>c</i>
a1 Siuci (Plêiades)	c1 Iauaretê pixuna (Onça preta grande)
a2 Tumi-eni (Formiga)	c2 Iauaretê uaçu (Onça pintada grande)
a3 Ira (Abelha)	c3 Iauaretê piranga (Onça avermelhada grande)
a4 Gagalona (Onça grande)	c4 Marakaiá (Gato maracajá)
a5 Ararái (Arara pequena)	

(8) — "...The sites of these villages, in the past the seat of localized sibs, nowadays present a multi-sib population" (Galvão, 1970 : 228).

(9) — Em um caso registrado observamos a quebra da regra tradicional (Pato x Tatu) possivelmente por falta de parceiro conjugal.

	<i>b</i>		<i>d</i>
b1	Tatu (Tatu)	d1	Koati (Quati)
b2	Hohódeni (Inambu pequeno)	d2	Wira-miri (Baniwa) (Passarinho)
b3	Pato (Pato)		<i>e</i>
b4	Sucuriú (Sucuriju)	e1	Arara (Arara)
b5	Cáua (Marimbondo)	e2	Araraí (Pirapuku — Peixe)
			<i>f</i>
		f1	Yurupari (Jurupari)
		f2	Urubu (Urubu)

Os informantes dizem que o clã Paku (Pacu), animal, não pertence a qualquer fratria e, sobre os demais: Kadaupuritana (Mutum), Djibúia (Jibóia) e Tapiíra (Tapir), que também estão relacionados a um animal, ignoram outros detalhes.

No quadro acima, a ordenação em que aparecem os clãs dentro de uma fratria, deve-se a uma ordem prioritária de "criação" e, também, a uma hierarquia entre os clãs. Assim, dizem os informantes, que os Cáua trabalhavam para Tatu, Hohódeni e os outros, enquanto Ira era "escravo" de Siuci. Galvão refere-se a esse problema e afirma que essas distinções foram atenuadas, fato esse comprovado por nós. Quanto à classificação de Tatu, Pato, Sucuriú e outros como "estrelas", resulta do enfoque não do animal em si mas a sua representação em uma constelação segundo uma cosmogonia nativa. Outro detalhe que podemos ver na classificação acima, é a existência de subclãs do clã Iauaretê que é uma onça.

Não registramos pistas que indicassem uma organização dual em metades (Oliveira, observação de campo — 1971) tal como sugerida por Galvão (1959: 41). Além dos sufixos *dákenen* (netos) e *minánen* (donos) referidos por aquele autor, observamos um terceiro, *eni* (filhos) nas designações em Baniwa para os clãs, sendo que na fratria *b*, por exemplo, encontramos os três sufixos. Assim, Cáua é *Maurieni*, Sucuriú é *Muriúeni* ou *Ramô-dakenen* e Pato é *Kumadá-minánen*. Sendo escassos os dados obtidos a esse respeito, pela perda gradativa da tradição cultural desses índios, acreditamos que a existência desses sufixos seja explicada pela origem mítica dos clãs. Galvão comenta que o pluralismo de línguas pode ter gerado "incongruências de terminologia designativa dos sibs que não permitem estabelecer uma regra ou padrão dual para o conjunto dos grupos" (idem, ibidem).

Quanto ao casamento, a forma preferencial continua a ser entre primos cruzados patrilaterais. A cerimônia matrimonial é realizada nos moldes cristãos. Obtivemos, também, dados de evidência de um sistema de compensação em que um indivíduo dada a regra de exogamia, ao arranjar um cônjuge de outro clã, oferece de contrapartida uma es-

posa de seu clã (cf. Lévi-Strauss, 1949 : 78-86). A regra de residência é patrilocal.

Na povoação de Nazaré encontramos um indivíduo que até há pouco tempo atrás fora polígamo. Agora não mais o era por causa de sua filiação ao protestantismo. E, por todos os meios, ele procurava esconder esse fato. Quando percebemos a antiga situação, esclareceu-nos que antes se casara com duas mulheres porque não sabia que isso era errado, era "pecado".

Em Nazaré e Mangueira, as famílias estavam organizadas numa base nuclear, fixando-se a residência de cada irmão (real ou classificatório) próxima um do outro e estas ao redor da paterna, tal qual uma grande família extensa em que cada família nuclear tivesse o seu canto. Dessa forma, a povoação de Nazaré estava dividida ao meio : de um lado ficavam os Tatu e do outro os Siuci, sendo o casamento entre ambos os clãs (estrelas) bastante freqüentes. À primeira vista tinha-se mesmo a impressão de uma organização dual.

Notamos que algumas mulheres recorriam ao uso de anticonceptivos e técnicas abortivas de origem local, atendendo ao que se poderia chamar de "planejamento de família" nos moldes de sua organização social (10).

Quanto ao nível ideológico, paralelo e superveniente à introdução de uma tecnologia, parece ser este o setor que mais foi afetado pelo contato, no caso os missionários, gerando alterações nas instituições sociais.

A história da atuação missionária católica no rio Negro é bastante longa. "Vieram, inicialmente, os Franciscanos da Província de Sto. Antônio. A seguir a Companhia de Jesus. Depois, a Ordem Carmelitana, os Mercedários, os Capuchos da Piedade. Finalmente, os Frades da Conceição da Beira e Minho" (Massa, 1965 : 21). Em 1910 foi criada a Prefeitura Apostólica do Rio Negro e em 1915 os Salesianos iniciaram seu trabalho na área.

Quando da evangelização dos índios do rio Içana, em 1852, pelo capuchinho Frei Gregório José Maria de Bene, nomeado "Vigário encomendado das freguezias e povoações do Alto Rio Negro, missionário dos rios Uaupés e Içana" (Massa, 1965 : 98), ensinamentos cristãos eram difundidos e batizados e casamentos eram realizados, enquanto que as práticas religiosas indígenas eram condenadas. "Não raro se recorriam a punições físicas para fazer valer os regulamentos missioneiros" (Galvão, 1959 : 8).

(10) — Frequentemente éramos questionados sobre o uso de anticoncepcionais pelos "civilizados" e nos foi requerida a remessa de "pílulas".

Como revidar a essa atuação que feria as instituições religiosas Baniwa, surgiram movimentos messiânicos, cujos chefes se identificavam ao *Cristo* dos missionários. Entre esses movimentos que resultaram em choques armados entre índios e tropas brasileiras, registrou-se no rio Içana, em 1857, o caso de um índio Venezuelano, chamado Venâncio (Aranha, 1907 : 12-7; Azevedo, 1907 : 82-3 e Xavier, 1907 : 111-25).

Mais recentemente, por volta de 1950, a aculturação religiosa até então de origem católica, foi acrescida pela introdução do protestantismo. Galvão (1959 : 53) fornece alguns detalhes da penetração e atuação da New Tribes Mission (Novas Tribos do Brasil).

Como resultante da pressão católica e protestante no sentido de cristianizar os índios do rio Içana sob uma dessas denominações, houve cisão de grupos que se dizem católicos e outros que se afirmam "crentes". Mais um elemento de abalo da estrutura social.

Nazaré e Mangueira são povoações protestantes. Com a infiltração missionária, os Baniwa adultos aprenderam rudimentos de leitura e escrita, em Baniwa, Português e Geral. O "Novo Testamento" que lhes foi distribuído, é escrito nas duas primeiras línguas. Cânticos e hinos, são mimeografados nas três. O chefe da povoação de Nazaré é também o chefe da Igreja. Essa povoação possui 4 pastores, sendo 2 anciães e 2 diáconos, Baniwas que foram "empossados" nesses cargos pelos missionários protestantes. Os "ofícios" religiosos são levados a cabo rotineiramente por esses indivíduos que também procuram propagar sua crença. Muitos de nossos informantes adultos, haviam sido batizados por católicos, tomando na ocasião do batismo um nome cristão, em geral cópia do nome do padre ou de um regatão. Hoje em dia seus filhos começam a usar os mesmos nomes dos missionários protestantes.

Quanto à aceitação do protestantismo, diz Galvão :

Sua aceitação mais ou menos rápida pelos "Içaneiros", é menos devida à atividade excepcional de missionários, que ao sentido reivindicatório dos textos evangélicos que traduzidos e transmitidos na língua nativa ou no "geral", insistem na salvação dos fracos e oprimidos, com quem os Baniwa traumatizados pelas experiências com os patrões, se identificam. Outro ponto favorável é a maior satisfação emocional derivada de participação ativa nos ofícios e no ritual, cuja simplicidade permite aos próprios índios dirigi-los (1959 : 55).

Nas comunidades protestantes não são mais realizados os *da-bucuris* e nem a festa de puberdade, o Kariamã (Galvão, 1959 : 48-51). Realizam-se, agora, reuniões como a "Conferência da Santa Ceia", que ocorre cada primeiro domingo do mês e congrega numa povoação maior, os "crentes" dos sítios vizinhos. Orações, pregações, leituras

de trechos do Evangelho, cânticos e a refeição em conjunto, caracterizam essas reuniões.

Pajelanças ou atividades xamanísticas não são mais supostas serem realizadas pelos índios protestantes.

Apesar da nova crença, guardam memória de seus heróis míticos e temem a *Jurupari*, o anti-herói civilizador.

Tanto a ação católica, que recruta e atrai índios como alunos, em regime de internato, quanto a protestante que deixa o Baniwa mais livre, catequizando-o de preferência em suas povoações ou em escolas nas missões, dando-lhes porém liberdade de ir e vir quando quiserem, são agências de mudança cultural atuantes e significativas. Além disso, "...Nos últimos anos, a competição de religiões, católica e protestante, emergiu como um fator novo de segmentação de sociedades tribais no rio Içana" (Galvão, 1959 : 10).

O contraste entre nossas observações (1971) e as de Galvão (1959) indica modificações essenciais como o aguçamento da clivagem entre índios "católicos" e "crentes" e o seu reflexo sobre a estrutura social. Permanecem a divisão clânica e as regras de exogamia, porém solapadas por uma transferência de fidelidade maior a uma das denominações religiosas. Ao mesmo tempo se obliteram práticas de associação e interrelacionamento como as promovidas pelos *dabucuris* da tradição indígena, por reuniões de caráter sectário como a Conferência da Santa Ceia. No plano econômico também se acentua a fluidificação das relações entre *patrão* e *aviado* pela desintegração do antigo sistema patronal e a competição mais livre dos pequenos regatões.

SUMMARY

The Baniwa, an arawakan speaking people, are settled along the Negro River — North Amazon (Brazil).

This paper focuses on aspects of cultural change in the last twenty years. These indians have been under contact with the colonial and the national society for about three centuries. During this time they changed from basically isolated groups into an expansion of the Brazilian exploratory front of this region. As a result they absorbed many of the national and regional patterns. However they were able to preserve a significant part of their tribal tradition. This, as yet, characterizes them as Indians.

The data referred to in this paper is the result of field work in 1971.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ARANHA, BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO

- 1907 — As explorações e os exploradores dos rios Uaupés e Içana. *Arch. Amazonas*, Manaus, 2(5) : 1-21.

AZEVEDO, ROMUALDO GONÇALVES DE

- 1907 — As explorações e os exploradores dos rios Uaupés e Içana. *Arch. Amazonas*, Manaus, 2(7) : 82-90.

GALVÃO, EDUARDO

- 1959 — Aculturação indígena no Rio Negro. *B. Mus. Pa. Emílio Goeldi*, Belém, n. sér. Antrop., 7, 60 p., il.
1964 — Encontro de sociedades tribal e nacional no Rio Negro, Amazonas. [Sobretudo *Actas y Memorias 35. Congr. Int. Amer.*, Mexico, 1962. Mexico, p. 329-40].
1970 — Indians and Whites in the Brazilian Amazon. *Z. f. Ethnol.*, Braunschweig, 95(2) : 220-30.

GOLDMAN, IRVING

- 1948 — Tribes of the Uaupes-Caqueta region. In: HANDBOOK of South American Indians. *B. Bur. Amer. Ethnol.*, Washington, 143(3) : 763-98.

KOCH-GRÜNBERG, THEODOR

- 1906 — Die Indianerstämme am oberen Rio Negro und Yapura. *Z. f. Ethnol.*, Berlin, 38 : 166-205.
1909/10 — *Zwei Jahre unter den Indianern : Reisen in Nordwest-Brasilien, 1903-5.* Berlin, E. Wasmuth. 2 v.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE

- 1949 — *Les structures élémentaires de la parenté.* Paris, Presses Universitaires de France. 639 p.

MASSA, PEDRO, mons., S.D.B.

- 1965 — *De Tupan a Cristo. Jubileu de Ouro, Missões Salesianas do Amazonas, 1915-1965.* Rio de Janeiro, s. ed. 481 p.

NIMUENDAJÚ, CURT

- 1927 — "Relatório de viagem aos rios Içana e Uaupés, apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios." [Inédito].
1932 — Idiomas indígenas del Brasil. *R. Inst. Etnol.*, Tucuman, 2 : 543-618.
1950 — Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés. *J. Soc. Amer.*, Paris, n. sér., 39 : 125-82.

SAMPAIO, FRANCISCO XAVIER RIBEIRO DE

- 1907 — Appendice ao Diário da viagem que em visita e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro no anno de 1774-5. *Ann. Bibl. Arch. Publ. Pará*, Belém, 6 : 69-118.

XAVIER, JOAQUIM FIRMINO

- 1907 — As explorações e os exploradores do rio Içana. *Arch. Amazonas*, Manaus, 1(4) : 111-125.